

A MEMÓRIA NOS
*COMMENTARII RERUM
GESTARUM. BELLUM GALLICUM*
DE GAIO JÚLIO CÉSAR

*Memory in the Commentarii Rerum
Gestarum. Bellum Gallicum
of Gaius Iulius Caesar*

PAULO SÉRGIO MARGARIDO FERREIRA

paulusergius@yahoo.com

Universidade de Coimbra, Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos

ORCID: <http://orcid.org/0000-0003-4244-5625>

DOI

https://doi.org/10.14195/0870-4112_3-9_2

Texto recebido em / Text submitted on: 30/04/2023

Texto aprovado em / Text approved on: 12/10/2023

Biblos. Número 9, 2023 • 3.^a Série

pp. 41-65

RESUMO

Com base na moderna teoria sobre “memória cultural”, “memória coletiva” e “memória comunicativa”, e na importância retórica da memória, procura esta reflexão, à luz do contexto, definir o que entende César, no *Bellum Gallicum*, por *hominum memoria*, *patrum nostrorum memoria* e *nostra etiam memoria*: a primeira diz respeito a origens, práticas e rituais, a segunda está próxima da memória comunicativa e a terceira tem que ver com o domínio da memória como critério de definição do bárbaro e do civilizado, do mais e do menos poderoso militar, simbólica e espacialmente, e, ao cabo, a identidade de cada povo.

Palavras-chave: *commentarius*; memória; guerra; retórica; poder.

ABSTRACT

Based on modern theory about “cultural memory”, “collective memory” and “communicative memory”, and on the rhetorical importance of memory, this reflection seeks, in the light of the context, to define what Caesar understands, in *Bellum Gallicum*, by *hominum memoria*, *patrum nostrorum memoria* and *nostra etiam memoria*: the first concerns origins, practices and rituals, the second is close to communicative memory and the third has to do with the domain of memory as a criterion for defining the barbarian and the civilized, the more and the less powerful militarily, symbolically and spatially, and, in the end, the identity of each people.

Keywords: commentaries; memory; war; rhetoric; power.

1. OS *COMMENTARII*, A MEMÓRIA E A HISTÓRIA

Aulo Hércio (oficial de César e autor do livro ou comentário 8 do *Bellum Gallicum*), *Gal.* 8. *praef.* 2, refere-se ao autor e a *Gal.* como *Caesaris nostri commentarios rerum gestarum Galliae* (cf. *Gal.* 8.48.10: *Scio Caesarem singulorum annorum singulos commentarios confecisse*). A propósito de César e de *Gal.* (Kelsey, 1905: 223), afirma Cícero, *Brut.* 262: *commentarios quosdam scripsit rerum suarum*. Para esclarecer o alcance de *commentarius*, recorda Kelsey (1905: 221-2 e 224-7) que Hércio, ao referir-se, em *Gal.* 8.48.11, ao seu contributo, emprega a expressão *huic commentario*, e não *huic libro*; que, na maior parte das vezes, emprega Cícero o termo para designar a reunião de material deficiente em qualidade literária; e que Suetónio, *Iul.* 56, recorre ao plural para se referir ao *Gal.* e ao *Ciu.*, e *liber* a propósito do contributo de Hércio e de *De analogia* e do *Anticato* de César. Os testemunhos de Hércio e de Cícero são temporalmente próximos de César e, dado o carácter corrupto da tradição manuscrita no tocante ao título das obras e da sugestão de Hércio de maior familiaridade com César e de envolvimento direto nos acontecimentos, inspiraram Suetónio, *Iul.* 56 (*rerum suarum commentarios Gallici ciuiliisque belli Pompeiani*), e deram motivo a Kelsey (1905: 220 e 226-8) para sustentar que o título inicial da obra seria *C. Iuli Caesaris commentarii rerum gestarum*.

Algum consenso reúne o título, mas não a identificação dos modelos e a definição do género dos *Commentarii*, desde logo, porque se uns falam do apreço de César por Tucídides (Kelsey, 1905: 219), outros realçam a proximidade da obra à *Anábasis* de Xenofonte (Cleary, 1985: 346); por, devido ao carácter fragmentário, se não conhecer bem os *commentarii* de autores como Marco Emílio Escauro (cos. 115), Públio Rutílio Rufo (cos. 105) e Quinto Lutácio Cátulo (cos. 102). Se *e.g.*, Narducci (Citroni et al., 2006: 334) diz Lúcio Cornélio Sula Félix (138-78 a.C.) autor de *commentarii*, já Nousek (2018: 101) lhe atribui uma autobiografia. Além disso, o termo tanto designa os escritos “exotéricos” e os “acroásticos” de Aristóteles (Aulo Gélio 20.5.6), como as próprias *Noctes Atticae* de Gélio (18.4.11) e a obra de um gramático contemporâneo (Cesélio Vindex, *Commentarii lectionum antiquarum*; 6.2.1, cf. 2.16, 20.2.2); tanto o relato do que de digno de memória acontece na cidade (Célio a Cícero, em *Fam.* 8.11.4) e o legado escrito de César (quer o

autêntico quer o forjado por Marco António; *Phil.* 5.11), como o *memorandum* de uma promessa ou propósito de César (*Att.* 14.13a.2), ou os *memoranda* dos tempos do consulado de Cícero (carta de Cícero ao historiador Luceio em 56 a.C.; *Fam.* 5.1210). Em *Att.* 2.1.2, Cícero confia a Posidónio, *ut ornatius de isdem rebus scriberet* (contraste com o estilo de Ático e o de César; cf. Cícero, *Brut.* 262), o seu ὑπόμνημα, *hypómnema* (= lat. *commentarius*) ‘menção, lembrança, monumento’, pl. ‘documentos, memórias’.

Quanto a *commentarius*, relacionado com *comminiscor*, *-ci* ‘imaginar, inventar’, remete para tudo quando sirva de *aide-mémoire* (*ne scientia tantarum rerum scriptoribus deesset*, “para que o conhecimento de tão notáveis matérias não faltasse aos escritores”, Hércio, *Gal.* 8. *praef.* 5; Nousek, 2018: 98), como apontamentos, diários, registos legais e despachos oficiais de estado, relatórios, e também ocorre em referência a doutos relatos e a trabalhos especializados no domínio da filosofia e da gramática (Narducci em Citroni et al., 2006: 334; Nousek, 2018: 99). Além disso, o genitivo *rerum gestarum*, ao não colidir com a presença, no *Bellum Gallicum*, de traços caraterísticos da (auto)biografia, da monografia de guerra (Nousek, 2018: 101ss.) e da analítica (cf. estruturação ano a ano, de 58 [livro ou comentário 1] a 52 [7]; Kelsey, 1905: 219), abeira do género historiográfico a obra (Cleary, 1985: 346; Martin & Gaillard, 1990: 108). Em contraste com os *commentarii* de Cícero, que, segundo o próprio, requerem a Políbio maior ornamento estilístico, os de César são inexcedíveis em *facultas* ‘facilidade’ e *elegantia* de escrita, na consumada arte de explicar os planos do autor (*Gal.* 8. *praef.* 4, 7), em despojamento (*nudi sunt*, Cíc. *Brut.* 262), em simplicidade (*recti*), em graça (*uenusti*), em ausência de ornamento (*omni ornatu orationis tamquam ueste detracta*) e em pura e clara brevidade (*nihil est enim in historia pura et inlustri breuitate dulcius*).

Aulo Hércio alude à facilidade e rapidez com que César concluiu os *Commentarii* (*Gal.* 8. *praef.* 6), mas os investigadores oscilam entre a hipótese de uma escrita faseada, com cada livro a ser redigido no final da respetiva campanha, e a da escrita de jato, pouco antes da publicação em finais de 51 ou nos inícios de 50 a.C., com vista a sufragar a candidatura do autor às eleições de 50 para o consulado de 49 (Narducci in Citroni et al., 2006: 333-343). Uma vez que César controla a *oratio obliqua*, “discurso indireto”, e a *oratio*

recta, “discurso direto”, presentes em *Gal.* (Grillo, 2018) e nos não chegaram as versões dos vencidos, o relato de César, é sobretudo revelador do pensamento do prócônsul e eventualmente do povo romano (Thompson, 2006: 2).

O *commentarius*, por conseguinte e *grosso modo*, pode oscilar entre *aide-mémoire* e um gênero memorialístico-historiográfico, mas não só (cf., e.g., o que se disse do uso do termo, p. ex., a propósito dos escritos de Aristóteles), e o *Bellum Gallicum* está mais próximo do gênero memorialístico-historiográfico. Em *Rhet. Her.* (escrita nos anos 80 a.C.) 1.8.13, lê-se: *historia est gesta res, sed ab aetatis nostrae memoria remota*, “história é o relato de um feito realizado, mas distante da memória do nosso tempo”. Há quem considere que a história implica perda de alguma vitalidade e começa com o fim da memória (Galinsky, 2018: 2). Quintiliano (n. c. 35-40 d.C.), *Inst.* 10.1.31, observa: *historia... est enim proxima poetis... et scribitur ad narrandum, non ad probandum... ad memoriam posteritatis componitur*, “a história... está, com efeito, próxima dos poetas... e é escrita para narrar, não para demonstrar... para a memória da posteridade se compõe”. As memórias fazem parte da experiência do indivíduo, na sua tentativa de compreender o passado e enquanto contributo individual para a “memória coletiva”, mas a subjetividade e a ficcionalização associadas à memória criam dificuldades quanto ao seu uso por parte da historiografia (Gowing, 2005: 10). Cícero, no final de *Brut.* 262, sugere que os *Commentarii* são *historia*. À luz do exposto somos tentados a concluir que os *Commentarii*, ao retratarem sobretudo *res gestas* na época do autor, são sobretudo memórias que têm uma forte carga justificadora da ação de César, mostram o que este tinha a dizer sobre os assuntos tratados e pretendem ficar para memória futura.

Ao refletir sobre a memória “coletiva” ou “social” realçou Halbwachs (1925: 210-11) a dimensão coletiva e concreta do pensamento social, a existência de grupos, de indivíduos e factos históricos que encarnam essas ideias, a coexistência mutuamente iluminadora de memórias e tradições de diferentes épocas e a reconstrução da memória consoante os diversos momentos em que é feita. Jan Assmann e Aleida Assmann distinguiram, da “memória comunicativa” e informal, que se transmite de pais para filhos e de avós para netos ao longo de três ou quatro gerações, isto é, durante um período de 80 a 100 anos, e incide sobre a história recente, a “memória cultural”, mais formal, que se não

transmite de forma automática e imediata, mas por meio de rituais, cerimónias, textos e, entre outros, ícones, e diz respeito sobretudo a histórias de origens (Galinsky, 2018: 12-13). Embora estas perspetivas ajudem a compreender a dimensão da memória no *Bellum Gallicum* de César, mais produtivas ainda se revelam quando se articulam com o modo como a retórica antiga considerava a memória, isto é, como uma das cinco operações retóricas: *inuentio*, *dispositio*, *elocutio*, *memoria* e *actio* ou *pronuntiatio*. A *memoria* intervinha na lembrança da argumentação do adversário e dizia respeito às técnicas de memorização do discurso, não só ao nível da macroestrutura, isto é, da organização das ideias, mas também da “microestrutura dos núcleos narrativos, descritivos e argumentativos” (Alexandre Jr., 2004: 85). A memória dividia-se em τόποι ou *loci* que acomodavam os diferentes pensamentos. Com a pergunta *quando?*, encontrava-se o *locus a tempore* (Lausberg, 1993: 91 §§ 40-41). Talvez César tenha recorrido a este critério para dividir as memórias do *Gal.* em *hominum memoria*, “no tempo abrangido pela memória dos homens” (*Gal.* 3.22.3), não distante da “memória cultural”, *patrum nostrorum memoria*, “no tempo abrangido pela memória dos nossos pais/ antepassados” (*Gal.* 1.12.5, 1.40.5, 2.4.2), condizente com a “memória comunicativa”, e *nostra etiam memoria*, “ainda no tempo abrangido pela nossa memória”, “ainda na memória da nossa vida” (sc. dos emissários remos e de César; *Gal.* 2.4.7), que seguramente abrange a memória retórica, a individual, interior, neuro-mental e subjetiva (cf. Assmann, 2008: 109) de César. Muito interessante é verificar que a vivência diversa dos mesmos acontecimentos do passado (invasões cimbrias e teutónicas, p. ex.) contribui para a definição de identidades diferentes no presente e que o confronto de memórias faz parte da luta pelo empoderamento espaço-simbólico dos diversos povos.

2. *HOMINUM MEMORIA*

César não reflete explicitamente sobre os diferentes tipos de memória, mas a análise do cotexto da expressão que intitula este subcapítulo pode revelar o que por ela entende. Enquanto Públio Crasso, lugar-tenente de César, ataca parte da fortaleza de Sos (em Lot-et-Garonne atual), Adiatuano, rei

dos Sociates (da Aquitânia), encontra-se em outra parte da praça-forte com seiscentos *soldurii*.

Soldurius é um termo celta (Bell, 1995: 754), designa um seguidor fiel, dedicado, com a sua amizade, a outra pessoa e que incorre nos mesmos perigos e, em caso de morte desta, partilha do mesmo destino. César escreve (*Gal.* 3.22.3; Hering, 1987: 49): *neque adhuc hominum memoria repertus est quisquam, qui eo interfecto, cuius se amicitiae deuouisset, mortem recusaret*, “e até agora não se descobriu ninguém na memória dos homens, que, morto aquele a cuja amizade se tinha votado, recusasse a morte”. Quer isto dizer que César se refere a uma acumulação de memórias que remontam a tempos muito antigos, eventualmente às origens dos Sociates, e se prolongam até à atualidade. Tomando em consideração a dimensão ritual subjacente ao compromisso, talvez se trate de uma realidade abrangida pela “memória cultural”, conforme os Assmann a concebem. É possível que César conheça esta prática por reféns, por Públio Crasso ou até por Diviciaco.

Quando Ariovisto, rei dos Suevos, se dirige a Vesonção (atual Besançon) com o propósito de ensaiar a conquista do interior da Gália, César chega primeiro e, enquanto se detém na cidade para se abastecer de víveres, os seus (*nostris*) procuram indagar junto de gauleses e mercadores acerca do poderio dos Germanos. Ficam a saber que os Suevos são dotados de colossal estatura, de incrível bravura, de destreza nas armas, de ameaçadora expressão do rosto e de agudeza no olhar. É então que o medo se começa a apoderar do exército romano, principiando nos tribunos militares¹, nos prefeitos² e nos que, sem grande experiência militar, tinham, por razões de amizade, seguido César. Alegavam desculpas para não cumprirem as ordens de César, se recusarem a combater e regressarem a casa.

Perante a ameaça de desobediência e motim, não se mostrou César muito perturbado, pois sabia que o exército só não tinha obedecido àqueles a quem,

¹ Os tribunos militares, por esta altura, já não comandavam legiões, mas ocupavam cargos administrativos ou aproveitavam a oportunidade para ganhar traquejo na guerra.

² Os prefeitos eram os oficiais responsáveis pelas tropas auxiliares de arqueiros e fundibulários.

aut male re gesta fortunam defuisse aut aliquo facinore comperto auaritiam esse conuictam (Gal. 1.40.12; Hering, 1987: 19), “ou em lance mal sucedido tinha a sorte faltado, ou cuja ganância, descoberto algum crime, tinha ficado demonstrada”. O OLD, s.u. *maiestas*, recorda que Lúcio Apuleio Saturnino foi o primeiro a legislar sobre o crime de *maiestas* (*minuta populi Romani*, “majestade diminuída do povo Romano”; *lex Appuleia*, talvez de 103), e a configuração e a consagração legal de tal crime teria em parte decorrido da necessidade de punir a corrupção e a incompetência dos generais romanos que não tinham conseguido vencer Cimbrós e Teutões. Se César referisse concretamente estas ocorrências, tratar-se-ia de um caso de *patrum nostrorum memoria* ou de “memória comunicativa”, mas, em linha com o pensar romano, mais tendente a responsabilizar os generais arrogantes, gananciosos, desejosos de fama e precipitados do que o exército pelas derrotas (Östenberg, 2013: 262); com uma mundividência romana mais propensa a desvalorizar as perdas de soldados profissionais e a valorizar apenas os feitos de pessoas do passado (Hölscher, 2003: 14), César busca na memória cultural e coletiva militar, uma máxima de conforto e esperança.

Em Gal. 5.12.1, informa César que os habitantes do interior da Britânia são os que os Britanos, *memoria* ‘de acordo com a tradição’, dizem *natos in insula*, “nados na ilha”. Kelsey e Stem (2017: 142) veem, no passo, uma alusão ao carácter “autóctone” (‘brotado do solo’) dos Britanos e, a este propósito, remetem para os Atenenses (cf. Leão, 2011). César ainda informa que no litoral se encontravam povos oriundos da Bélgica que, levados pela guerra e pela depredação, para lá se tinham deslocado e, conservando os etnónimos de origem (e.g., Atrébatas), acabaram por se dedicar à agricultura, introduzindo – acrescentamos – o sistema de *uillae*. Trata-se de um caso de memória cultural sobre as origens de um povo que procura, de algum modo, alicerçar as suspeitas de César de que os Britanos apoiavam os belgas revoltosos.

Em 6.14.4, informa César que os druidas, mercê dos inúmeros privilégios de que usufruem e de serem avessos a uma ampla divulgação dos seus ensinamentos, atraem muitos jovens, que com eles aprendem de cor muitos versos, pois os primeiros, além de recorrerem a caracteres gregos nos seus registos públicos e privados, consideram a escrita inimiga da memória. Em

artigo tão desafiante quanto especulativo, sustentou Pailler, 2008, que César não identifica o éduo Diviciaco e alguns chefes gauleses como druidas, porque, dado o enorme poder que detinha, a maioria deles constituía o maior obstáculo às pretensões de César a dominar a Gália. O investigador chega a admitir a possibilidade de César almejar o poder supremo e de arbitragem que o druida-mor detinha sobre os demais druidas e os povos da Gália. Entre a argumentação produzida pelo investigador, não consta qualquer reflexão sobre o contraste entre a perspectiva dos druidas, que vê na oralidade e na memória incompatibilidade com a escrita, e a de César que vê, nos seus apontamentos, diários, despachos e, ao cabo, nos seus *commentarii*, uma importante *aide-mémoire* dos povos gauleses, para os advertir contra os terríveis chefes que os governam, do povo e do Senado romanos, para sufragarem a sua candidatura ao consulado de 49, e de futuros historiadores ou biógrafos que queiram perpetuar a mundividência e a justificação cesariana.

Em todo o caso, se César se inspirou nos *hypomnemata* gregos, o facto de os druidas usarem caracteres gregos pode eventualmente sugerir a possibilidade de ecoarem certas correntes de pensamento grego sobre a inimizade entre, de um lado, oralidade e memória e, do outro, a escrita. Platão insurgia-se contra a educação musical grega, isto é, baseada nos dons das Musas (poesia, música, canto e dança) e, sobretudo, nos poemas homéricos e incompatível com a reflexão filosófica (cf. Murray, 1996: 14-24). Conta, no entanto, Sócrates, em *Phdr.* 274e-275b, que quando Theuth, inventor da escrita, anunciou ao seu rei, Tamos, que tinha encontrado meio de tornar “os Egípcios mais sábios e de melhor memória” (trad. Ferreira, 1997: 120), o monarca do Egito lhe respondeu que a invenção da escrita inevitavelmente conduziria a um menor uso da memória e ao esquecimento e, depois de afirmar que os homens passariam a buscar no exterior as suas memórias, em vez de fazerem esforço para se lembrarem, concluiu: “Por conseguinte, não descobriste um remédio (*pharmakon*) para a memória (*mneme*), mas para a recordação (*hypomnema*)” (trad. Ferreira, 1997: 120). Ao comentar os dois últimos termos gregos transliterados, Aleida Assmann (2011: 175) procura estabelecer o paralelo entre eles e o “power of remembering (*uis*) and memory as storage (*ars*)” e defende que quando

it functions as storage, writing can outdo *ars*, but according to Plato it can never take over the function of remembering. The dynamic, productive, and inaccessible part of memory that Plato linked to the term *anamnēsis* cannot even be touched by writing, let alone replaced by it.

É certo que a escrita, nesta perspectiva, não conduz à verdadeira sabedoria, mas as reflexões de Platão chegaram até hoje por meio da escrita e César estava sobretudo preocupado com a arte militar e as suas ambições políticas.

3. *PATRUM MEMORIA*

Os Celtas, quer os que em latim se chamavam Gauleses, quer os que em grego se diziam Gálatas (Haywood, 2018: 8), faziam respetivamente parte da memória coletiva de Romanos, Macedónios e Gregos.

Arriano (historiador do séc. I a.C.), *An.* 1.4.18, conta, com efeito, que quando Alexandre Magno, se encontrava em campanha na Bulgária (c. 335 a.C.), os Gálatas, que viviam junto ao Golfo Jónico (Mar Adriático), lhe enviaram uma embaixada que, interrogada acerca do que o seu povo mais receava, não respondeu que era Alexandre, conforme o esperado, mas, em virtude de se tratar de gente arrogante e de viver em regiões longínquas, isoladas e inóspitas, que o céu lhe caísse em cima (cf. Haywood, 2018: 30). A resposta foi, para Alexandre, reveladora de ignorância e atraso, ao passo, na boca dos irredutíveis gauleses do *Astérix*, de Goscinny e Uderzo, é sinal de coragem e autoconfiança nas capacidades bélicas.

Eram antigas as desavenças entre celtas da Gália (Gauleses) e Romanos e de tal maneira marcantes que faziam parte do próprio calendário romano. Os Gauleses, invasores de Roma em 390, tendo sucumbido às mãos de Camilo e dos seus soldados, foram sepultados nos lendários *busta Gallica*, que, mais que a ocupação gaulesa, lembravam a capacidade romana de, mesmo nas adversidades, triunfar (Östenberg, 2014: 258). De igual sorte, os *Fasti Antiates maiores*, que eram uma inscrição mural tardo-republicana com um calendário (*Inscr. It.* XII: 2, 1-28, esp. 9 e 15; 80-60 a.C.), assinalavam a fundação de Roma em 21 de abril e, no dia 18 de julho, o *dies Alliensis*, isto

é, o dia em que os Romanos tinham sido derrotados pelo Gauleses no rio Ália, um afluente do Tibre na região sabina (Östenberg, 2014: 259). E não foram apenas os calendários republicanos que assinalaram a data: a recordação prolongou-se pelos *Fasti Amiternini*, que eram um calendário-inscrição em mármore da época de Tibério (*princeps* de 14 a 37; calendário posterior a 20 d.C.), na antiga cidade de Amiterno (atual San Vittorino), na Sabina, e atualmente no Museo Nazionale d'Abruzzo (L'Aquila; *Inscr. It.* XIII: 2, 189).

A data ainda é referida por Varrão, *L.* 6.32; Cícero, *Att.* 9.5.2; e, entre outros, Aulo Gélio 4.9.6.; e embora Suetónio (*Vit.* 11.2) e Tácito (*Hist.* 2.91) acusem Vitélio de não observar o dia pelo segundo considerado *infaustus*, a verdade é que à data se acabaram por associar outros desaires romanos ocorridos em dias desconhecidos ou de identificação polémica, como a derrota dos 306 Fábios na batalha do rio Crémera contra os Etruscos, em 479 a.C.³, que, apesar dos paralelos com os 300 das Termópilas, não deixaria seguramente de trazer à memória dos Romanos a posterior supremacia sobre os Etruscos e a extinção desta civilização (Östenberg, 2014: 260).

A recordação dos insucessos como forma de realçar os êxitos e a capacidade romana de ultrapassar as dificuldades parece ser um dos aspetos que preside ao uso que o *Gal.* faz de outra memória, que, comparativamente com a da batalha de Ália, é muito mais recente: a das incursões de Cimbro e Teutões na Gália e na Itália de 113 a 101 a.C. Embora se tratasse de povos germânicos, não há garantia de que os Romanos da época os percecionassem como tal, tanto mais que, como informa Ateneu (séc. II/III d.C.; *Deipn.*) 4.153e, a primeira ocorrência conhecida de um termo correspondente a 'Germanos' apenas ocorre em grego, nas *Historiae* de Posidónio de Apameia (filósofo estoico e polígrafo que viveu entre 135 e 51 a.C.; Rocha Pereira, 2009: 109), e César (*Gal.*) talvez tenha sido o primeiro a distinguir, dos Celtas, os Germanos.

Como o território helvécio era pequeno (*Gal.* 2.5) e estava limitado por barreiras naturais, como o rio Reno, a cordilheira do Jura, o lago Lemano e o

³ Cf. e.g. *dies Allia[e et] Fab(iorum)* nos *Fasti Antiaties ministrorum*, *Inscr. It.* XIII: 2, 208; em contraste com outros autores, Ovídio situa a derrota no dia 13 de fevereiro.

curso do Ródano (*Gal.* 2.3)⁴, Orgétorix, o mais nobre e abastado dos Helvécios, começou, em 61 a.C., a organizar uma conjuração da nobreza e a convencer os seus concidadãos a expandirem o seu poder para a Gália. Orgétorix morreu, mas os Helvécios envidaram esforços para concretizar a migração em 58 a.C. Para cumprirem o objetivo, que era alcançar o território dos Sântones, perto da atual cidade de Bordéus (*Gal.* 10.1), os Helvécios teriam de atravessar o Ródano e passar pelo território dos Alóbroges, na Província (mais ou menos correspondente à atual Provença), ou fazer o percurso pelos territórios dos Séquanos e dos Éduos, aliados dos Romanos. Os Helvécios enviaram uma embaixada a César para o informarem de que pretendiam seguir o primeiro trajeto, mas César tinha bem presente (*memoria tenebat*, *Gal.* 1.7.4) que eles tinham desbaratado o exército de Lúcio Cássio e feito o cônsul passar sob o jugo, e cuidava que, se obtivessem autorização para passar pela Província, o não fariam sem provocar distúrbios e estragos.

Quando Cimbro e Teutões invadiram a Gália em 113 a.C., os Romanos foram, nesse ano e em alguns dos seguintes, enviando cônsules para lhes fazerem frente: Gneu Papírio Carbão (113 a.C.), Marco Júnio Silano (109 a.C.), Quinto Servílio Cepião e Lúcio Cássio Longino (107 a.C.) e Gneu Málio Máximo (105 a.C.; Monteiro & Braga, 2009: 449-51 n. 174, esp. 450). César não refere todos os cônsules que viram os seus esforços gorados nas batalhas contra Cimbro e Teutões, talvez em razão das já referidas incompetência e corrupção dos generais e porque, conforme está implícito e mais tarde se tornará explícito, Lúcio Cássio Longino foi um dos poucos cônsules que morreram às mãos dos helvécios do cantão Tigurino⁵, aliados dos Cimbro e que combateram junto do lago Lemano (*Gal.* 1.12.4-6). Talvez se possa admitir a possibilidade de a morte o ter subtraído às acusações suprarreferidas.

⁴ O que, apesar de os Helvécios travarem constantes combates com os Germanos (*Gal.* 1.4), lhes dificultava as tão apetecidas incursões em territórios vizinhos (*Gal.* 2.4).

⁵ Os Tigurinos ocupam um dos quatro *pagi* 'cantões' que formam o território dos Helvécios.

Estamos no domínio da “memória comunicativa” (cf. *patrum nostrorum memoria*, *Gal.* 1.12.5), em César reforçada por, na referida batalha, ter perdido a vida o lugar-tenente Lúcio Calpúrnio Pisão (cos. 112 a.C.), que era avô de Lúcio Calpúrnio Pisão Cesonino (cos. 58 a.C.) e pai da terceira esposa de César, Calpúrnia (cf. *Gal.* 1.12.7). Em bom rigor, à data dos acontecimentos ainda não tinha César nascido (nasceria em 100 a.C.), e a morte do avô do sogro de César não se pode considerar uma memória individual, tanto mais que, na sua qualidade de cônsul em 112 e de lugar-tenente de Cássio Longino, talvez fizesse parte da “memória comunicativa” que passava de geração em geração na família de Calpúrnia em particular e, em geral, na sociedade romana. A memória é predominantemente coletiva e não requer a presença material e sensível de testemunhas: a pessoa pode inteirar-se de uma realidade pelas leituras realizadas ou por sobre ela ter ouvido testemunhos (Halbwachs, 1990: 26ss.).

Impedidos por César de passar pela Província, os Helvécios atravessam o território dos Séquanos e devastam os campos dos Éduos e os dos Ambarros e assolam as aldeias dos Alóbroges situadas para lá do Ródano (1.14.3). Assim que César é informado pelos batedores de que três quartos dos Helvécios tinham conseguido, por meio de jangadas e de barcas ligadas umas às outras, atravessar o Árar (Saône), ainda consegue lá chegar a tempo de massacrar os Tigurinos que constituíam o quarto da população helvécia que ainda não tinha conseguido atravessar o referido rio (*Gal.* 1.12). No caso de César, é a presença dos embaixadores helvécios que nele despoleta a referida memória. César soma, às razões de estado e à *pietas erga patriam*, as razões de natureza familiar e a *pietas erga parentes* como fatores para castigar os Tigurinos.

As Guerras Címbricas faziam parte do imaginário romano, tanto mais que Cícero, *Arch.* 19, informa que o poeta Aulo Licínio Árquias, nascido em Antioquia, tinha vindo para Roma no consulado de Gaio Mário e Quinto Lutácio Cátulo, em 102 a.C., e tinha celebrado poeticamente os feitos de Mário nas Guerras Címbricas. Informado por Divicácio da ocupação de território gaulês por Suevos e Harudes, lembra-se César dos perigos, para a própria Itália, representados pelas invasões címbricas e teutónicas da Gália

(1.33.4). Como na retórica moderna da guerra, já então se justificava, com imperativos defensivos e receios pela segurança do próprio território, a subjugação de outros povos em espaços mais ou menos próximos.

Confrontado com os receios de boa parte do seu exército relativamente aos Suevos e com ameaças de desobediência e de motim, César recorda, em *oratio obliqua* e numa assembleia com os centuriões de todas as centúrias, para dissipar os receios e se revestir de autoridade, que já Gaio Mário, no tempo abrangido pela memória dos pais de César e dos seus militares (*patrum nostrorum memoria*), tinha vencido Cimbros e Teutões, e não menor tinha sido o mérito do exército do que o do general (*Gal.* 1.40.5).

Quanto à ligação do passo transcrito às ideias anteriormente expostas, o que César talvez pretenda fazer notar é que já os Teutões, ao alcançarem o Ródano, tinham causado, como mais tarde haveria de informar Plutarco,

uma forte impressão nos soldados romanos: eram muitos e aparentavam ser extremamente cruéis. [...], as suas táticas assentavam em cargas impetuosas e aterradoras, acompanhadas de gritos de guerra ensurdecedores. Estavam habituados a combater juntos, embora na ação, fossem bastante individualistas e pouco persistentes quando repelidos uma primeira vez. (Goldsworthy apud Monteiro & Braga, 2009: 450)

Além disso, dos Teutões, vencidos em combate por Gaio Mário (157-86 a.C.), com a ajuda de Marco Cláudio Marcelo, em *Aquae Sextiae* (Aix-en-Provence), em 102 (*OCD*, *s.u.* Teutones) ou 101 a.C. (Monteiro & Braga, 2009: 449-51 n. 174, esp. 450), e dos Cimbros, derrotados por Gaio Mário, Quinto Lutácio Cátulo (Monteiro & Braga, 2009: 449-51 n. 174, esp. 451) e Lúcio Cornélio Sula (O'Donnell, 2019: xii-xiii) em *Vercellae*,⁶ em 101 a.C., não seria substancial a diferença de estatura, de bravura, de destreza

⁶ O'Donnell refere relatos de 140 000 inimigos mortos e de 60 000 cativos em Vercelas, cidade da Gália Transpadana situada entre Turim e Milão.

nas armas, de expressão do rosto e de penetração do olhar, relativamente aos Suevos comandados por Ariovisto.

A ausência de alusão a Marcelo e a Cátulo talvez se justifique, desde logo, pelo facto de Mário ter sido casado com uma tia de César, Júlia. Além disso, conta Suetónio, *Iul.* 1.3, que, quando Sula decidiu poupar César, não deixou de advertir os que por ele intercediam, dizendo: *Nam Caesari multos Marios inesse*. “Em César há muitos Mários”. César era, de facto, o grande herdeiro político e militar de Mário. Talvez o motivo mais importante para não recuar mais na memória dos antepassados seja o facto de, com Mário, a milícia tradicional romana, onde a atividade militar era encarada como um interregno na atividade profissional, ter dado lugar a um exército semi-profissional ou profissional que recrutava cidadãos pobres e lhes oferecia uma oportunidade de carreira militar remunerada e um modo de vida ao serviço de uma legião.

As invasões cimbrias e teutónicas voltam a ser referidas, mas em *Gal.* 2.4.2, depois de os Remos, que eram os gauleses mais próximos dos Belgas, terem enviado Ício e Andecombógio a César, e quando os referidos emissários informam o procônsul romano de que os Belgas, de origem germânica, no tempo dos pais deles (*patrum nostrorum memoria*), tinham sido os únicos que haviam impedido Cimbrós e Teutões de entrarem no seu território. Isso era razão para se darem ares de grande importância (*magnam... auctoritatem*, 2.4.3) e de grande presunção (*magnosque spiritus*, 2.4.3) em questões militares.

Em 2.29.4, informa César que os Aduátucos eram descendentes dos 6000 Cimbrós e Teutões que tinham ficado aquém do Reno, de guarda ao gado e às equipagens que os demais, quando tinham avançado sobre a Província e a Itália, deixaram para trás. Viviam num estado belga e caracterizavam-se por uma grande corpulência. Quando viram que os atarracados romanos construíam uma grande torre para assaltar a praça forte dos primeiros (em Namur ou no monte Falhize, próximo de Huy), começaram a zombar deles, pois não acreditavam que tivessem forças para deslocar a torre de assalto (sobre ideias feitas acerca de outros povos na sociedade romana, v. Vitruvius 6.1.10-11), mas, quando viram que se aproximava, convictos da ajuda dos deuses aos Romanos, apresentaram a sua rendição.

Em *Gal.* 6.3.4-5, justifica César, com o facto de Sénones, Carnutes e Tréveros não terem comparecido na assembleia geral da Gália e a decorrente suspeita de sublevação, a transferência da reunião para Lutécia dos Parísios (primeira referência conhecida a Paris, que se erguia numa ilha do Sena [*Sequana*], isto é, na atual Île de la Cité), pois este povo, embora não envolvido na conspiração, confinava com os Sénones e a eles se tinha, *patrum memoria*, “na memória/ no tempo dos seus pais”, juntado. Como bom general, César conhece a história dos povos gauleses, para tirar o máximo partido do conhecimento que uns têm dos outros e explorar os diversos posicionamentos de cada um.

Em 7.77.12, Critognato recorda, como precedente para a sua proposta, o recurso dos antepassados à antropofagia (consumo dos corpos dos incapazes para a guerra), para resistirem ao assédio de Cimbro e Teutões. A solução, radical embora, parece ter surtido efeito. César dá protagonismo a Critognato para mostrar que a guerra contra os Gauleses e a vitória em Alésia são questões civilizacionais.

Embora sem aludir a estes passos, Thompson (2006: 11), com base no poderio militar, estabelece a seguinte hierarquia: 1º) Germanos; 2º) Belgas; 3º) Gauleses. Os povos, ao cabo, definem-se parcial e militarmente quer por descenderem de Cimbro e Teutões, quer pela capacidade de lhes resistirem, quer por os vencerem, e, no caso dos Romanos, servem as vitórias para mostrar que na guerra, muito mais importante do que a corpulência é a organização militar.

A propósito do costume dos Gauleses de cremarem, com os senhores, os escravos e os dependentes prediletos, situa César tal prática *paulo supra hanc memoriam*, “um pouco antes desta <nossa> memória/ deste tempo”. O cotexto e o contexto não nos permitem situar com precisão o tempo referido, mas talvez se situe em algum momento da *patrum memoria*, isto é, da memória comunicativa.

4. NOSTRA ETIAM MEMORIA

Suetónio (*Iul.* 56.4) informa que Asínio Polião estava convencido de que César tinha, de forma descuidada e sem a estrita observância da verdade,

compilado as suas memórias, quer por se ter acriticamente fiado nos relatos de outros dos feitos por eles praticados quer por ter, propositadamente ou por esquecimento, deturpado a verdade no relato dos seus próprios feitos. No *Bellum Gallicum*, César submete ao controlo autoral as suas próprias memórias, as dos seus subordinados e as dos inimigos, mas, no que à primeira vista parece imperfeição do tipo das detetadas por Polião, esconde-se um propósito militar e político cuidadosamente gizado e orientador da narrativa de César.

A memória de César da forma precária e demorada (vinte dias) como os Helvécios atravessaram o Árar terá, seguramente, contribuído para a decisão do supremo comandante romano de construir uma ponte sobre o mencionado rio. A rapidez de construção, a relativa imponência e sofisticação da obra de engenharia e a travessia concretizada num único dia não só empoderam simbolicamente o exército romano como causam uma profunda perturbação nos Helvécios que enviam uma delegação, chefiada por Divico, a César. A escolha do primeiro não é inocente: Divico, com efeito, tinha comandado os Tigurinos na batalha contra Cássio (*Gal.* 1.13.2), pelo que a recordação, por parte do primeiro, do ocorrido reveste-se de uma carga simbólica e de uma autoridade apenas comparáveis às de César que tinha acabado de desbaratar os referidos Tigurinos. No diálogo com César, o emissário Helvécio não só lhe diz que se lembre da derrota do povo romano e da antiga coragem dos Helvécios mas também reclama superiores méritos militares, pois tinha vencido os Romanos em combate aberto, ao passo que César surpreendera à traição o único cantão dos Helvécios que ainda estava ocupado na tentativa de atravessar o rio e não podia contar com os restantes, que já tinham atravessado (*Gal.* 1.13.4-7). À luz da lei de talião, a afronta da vitória dos Tigurinos sobre Cássio Longino ficava suficientemente reparada com a chacina do referido cantão, mas as palavras de Divico, reveladoras de excesso de confiança baseada no passado e aparentemente encorajadoras a que César não transformasse o local da conferência num memorial de uma possível derrota romana (1.13.7; cf. *dies Alliensis*), constituíam um desafio a César e ao povo romano a abrirem um novo capítulo na guerra entre Helvécios e Romanos. Imperioso se tornava vencer os Helvécios em guerra aberta, o que, depois de muito longo e renhido combate, acabou por se verificar (*Gal.* 1.26). Quer

isto dizer que o recurso à memória não só está ao serviço da reclamação de superioridade militar, mas também, ao contribuir para a hierarquização dos tipos de combate, eleva a guerra a um outro patamar onde se tiram as teimas relativas à superioridade militar das partes em conflito.

César soma, à tentativa recente dos Helvécios de forçar a passagem pela Província, aos males causados a Éduos, Ambarros e Alóbroges (*Gal.* 1.14.3), ao regozijo com que os Helvécios se jactavam da vitória sobre Lúcio Cássio Longino (*Gal.* 1.14.4), a forma desabrida como Divico recusa satisfazer as exigências de César de reféns, alegando que os Helvécios estão habituados a recebê-los, não a entregá-los (*Gal.* 1.14.7). A *fides* que unia César e o povo romano aos seus amigos e aliados obrigava-o a não deixar passar impunes tais ofensas, e, embora o não diga, movia-o sobretudo o desejo de vencer, pacificar e romanizar a Gália.

No episódio de Ariovisto, as memórias do éduo e druida Diviciaco, aliado dos romanos, quando confrontadas com as de Ariovisto, rei dos Suevos, não deixam de revelar aparentes fragilidades e incoerências da política externa romana. Sem empregar o termo memória, mas num discurso que, em termos de economia narrativa, se revela, na sequência da campanha contra os Helvécios, absolutamente decisivo para a prossecução da narrativa e da guerra (*Gal.* 1.31), Diviciaco informa que, embora os Arvernos e os Séquanos, com a determinante ajuda de Ariovisto e demais suevos, tivessem vencido os Éduos e os tivessem obrigado a entregar reféns e a comprometer-se a não solicitar ajuda ao povo romano, ele tinha conseguido esquivar-se a tais compromissos e havia rumado a Roma a fim de solicitar o auxílio do povo romano contra a coligação referida. Mas a sorte dos Séquanos, vencedores, não fora melhor que a dos vencidos Éduos, pois, além de Ariovisto e os seus Suevos terem ocupado um terço do território dos primeiros (o melhor da Gália), ainda exigiram a desocupação de outro terço para aí se instalarem 24 000 harudes que vinham a caminho. Os Gauleses recebavam ter de migrar como os Helvécios.

Nebulosa permanece para nós a batalha de Magetóbriga, onde, de acordo com *Gal.* 1.31.12, Ariovisto venceu os Gauleses. Sem mencionar a referida peleja e tomando como ponto de referência o consulado de César em 59 a.C., escreve Carena (1991: 75 e 438 n. 12): “Ariovisto aveva invaso la Gallia una

ventina di anni prima, invitato dai Sequani, e sconfitto gli Edui”. Quando se procuram na rede informações sobre a batalha de Magetóbriga, a maior parte dos sítios informa que opôs Arvernos, Séquanos e Suevos (comandados por Ariovisto) aos Éduos e ocorreu em 63 a.C. Sem ser tão específico relativamente à data do conflito, afirma Raaflaub (2021: 74 n. 160): “The victory over the Aedui at Magetobriga (1.31.12) dates to 61, at the latest. Ariovistus probably entered Gaul in 72-71”. Quanto à deslocação de Diviciácio a Roma, onde teria sido hóspede de Cícero (que é a única fonte que no-lo diz druida; cf. *Diu.* 1.41,90), Rat (1964: 235) e O’Donnell (2019: 9 n. 6) dizem ter ocorrido no consulado do Arpinate, em 63 a.C.; Webster (1999: 6), em 61 a.C.; e Pailler (2008: 36), em 60 a.C. Seja como for, a verdade é que o Senado romano, além de não ter prestado ajuda efetiva a Diviciácio e aos Éduos (*Gal.* 1.44.9), ainda no consulado e por intervenção do próprio César em 59, haveria de ratificar as conquistas de Ariovisto, proclamando-o rei, conferindo-lhe o título de *amicus populi Romani* e dando-lhe muitos presentes (*Gal.* 1.33.1).

Embora César não aluda à antiguidade da primeira aliança entre o povo romano e os Éduos (123 a.C.), interessava aos seus propósitos, em 58 a.C., valorizar o facto de o Senado os ter considerado *fratres consanguineosque*, “irmãos e parentes”, resgatá-los à escravidão imposta por Ariovisto e Séquanos e mostrar-se sensível às ameaças representadas pelas recentes e frequentes migrações de Germanos para a Gália (*Gal.* 1.33.2-4). Quanto a Ariovisto, a única atenuante para César e o povo Romano residia no facto de ter sido o suevo a solicitar a amizade do povo romano, o que levava o procônsul a pensar que ele lhe daria ouvidos e não faltaria ao seu dever (*officio*, *Gal.* 1.40.2).

Para dissipar nos seus militares o receio dos Suevos, César recorda que o povo romano tinha temido os escravos, quando estes ainda se encontravam desarmados (*inermes*). Já depois de terem recebido a prática e o treino (*usus ac disciplina*) dos Romanos e se encontrarem armados e vitoriosos (*armatos ac uictores*), tinham-nos os Romanos, graças à *constantia*, vencido (*Gal.* 1.40.5-7). Alude-se à intervenção de Crasso e Pompeio para pôr termo a uma revolta de escravos, encabeçada por Espártaco e Crixo, apoiados por Trácios, Celtas e Germanos, entre 73 e 71 a.C., e que redundou na morte

de 40 000 escravos e na crucificação de 6000 ao longo da via Ápia. Assim, conclui James (2000: 59): “Through memory, the Roman army inherits the *usus* of their ancestors”.

Agesilau II (c. 445-359 a.C.), que se tinha empenhado em libertar os gregos da suserania persa e obteve alguns sucessos nos confrontos com os vice-reis Farnabazo e Tissafernes em 396-5, não se coibiu, confrontado com um exército bem mais numeroso e para combater o desespero dos seus, de capturar alguns inimigos e de os despir, para mostrar que não tinham treinado na palestra grega (cf. Hölscher, 2003: 7). De igual sorte, serviam os escravos provenientes de outros povos para os Romanos com os costumes e as práticas de combate deles se familiarizarem, lhes perderem o medo e criarem uma memória coletiva positiva e motivadora relativamente à capacidade romana de vencer esses povos.

Em *Gal.* 1.40.7, César aduz a superioridade dos Helvécios relativamente aos Germanos e o facto de os primeiros se não terem mostrado à altura dos Romanos; em *Gal.* 1.40.8, justifica, com a tática de Ariovisto de se manter escondido e de contemporizar, a vitória dos Suevos sobre os Gauleses “mais pelo cálculo e pela estratégia do que pela bravura” (*magis ratione et consilio quam uirtute*; refere-se à Batalha de Magetóbriga); e daqui conclui que os Gauleses são *barbaros atque imperitos*, “bárbaros e ignorantes” (1.40.9). César insta, em *Gal.* 2.21.2, os seus militares a conservarem a memória da sua antiga coragem, para, na Batalha do Sambre (junto a Saulzoir), susterm o ataque dos Nérvios. É, por conseguinte, mais fácil combater sobre uma memória recente de êxitos militares do que de fracassos.

Do mesmo modo que a *memoria* servia para o orador se lembrar da argumentação adversária, assim César, para desfazer os argumentos dos seus soldados relacionados com a suposta dificuldade no abastecimento de trigo, a estreiteza dos caminhos e a conseqüente possibilidade de emboscadas, alega a sua própria competência como general (*Gal.* 1.40.9), a sua *innocentia* ‘integridade’ e, consciente de estar a falar para homens temerosos e crédulos e embora se não confesse em *Gal.* particularmente protegido pela Fortuna, o facto de a boa sorte o ter acompanhado na batalha contra os Helvécios (*Gal.* 1.40.13). Finalmente, alega que, se não puder contar com

mais ninguém, lhe não faltará a lealdade da décima legião, a quem cumulara de benesses (*Gal.* 1.40.15).

César declara, em *Gal.* 1.43.8, que o povo romano não queria que os seus aliados e amigos tivessem prejuízos, mas se vissem acrescentados em influência, dignidade e honras (*gratia, dignitate, honore*). Logo, Ariovisto parece ter razão quando, depois de alegar que se limitara a ceder aos rogos dos Gauleses, que estes lhe tinham concedido morada na Gália, de livre vontade lhe tinham entregado reféns, que a lei da guerra lhe dava o direito de receber tributo dos gauleses vencidos, que estes é que tinham iniciado a guerra por ele vencida (Magetóbriga; *Gal.* 1.44.2-3), sustenta (1.44.5): *Amicitiam populi Romani sibi ornamento et praesidio, non detrimento esse oportere, idque se hac spe petisse*. “A amizade do povo romano devia ser para ele motivo de glória e de segurança, não de prejuízo, e nesta esperança a tinha procurado”.

Do mesmo modo que César justificara, com a necessidade de defesa do território da Província e dos aliados, a guerra contra os Helvécios, também Ariovisto alega a guerra defensiva para justificar a imigração de hordas de germanos para a Gália (*Gal.* 1.44.6). Ainda argumenta que tinha vindo para a Gália antes do povo romano, que, até então, estivera confinado à Província (1.44.7).

Tomando em consideração um pressuposto como o subjacente à justificação de Arriano para a resposta dos Gálatas e à opinião de César sobre os Gauleses vencidos por Ariovisto, e numa espécie de resposta retardada a Diviciaco, que caracterizara Ariovisto como bárbaro, irascível e temerário (*Hominem esse barbarum, iracundum, temerarium; non posse eius imperia diutius sustinere. Gal.* 1.31.13.), o rei dos Suevos diz que não é tão bárbaro nem tão ignorante dos assuntos que não saiba que os Éduos não tinham prestado auxílio aos Romanos na campanha de 61 contra os Alóbroges, nem que os Romanos não tinham dado apoio aos Éduos no combate contra os Séquanos e os Suevos (*Gal.* 1.44.9). Significa isto que o não controlo da memória recente é critério de definição do bárbaro.

A vitória final de César sobre os Helvécios demarca-o de Ariovisto, que tinha vencido os Éduos pela contemporização e pela estratégia. Se os

discursos de Diviciaco e de Ariovisto, por um lado, revelam más escolhas na política externa romana nos últimos anos, a verdade é que não só autorizam César a corrigir esses erros, estancando a migração germana para a Gália e devolvendo aos Éduos o estatuto e os reféns na mão dos Séquanos e de Ariovisto, como, aproveitando a memória gaulesa da traumática experiência recente de subjugação ao domínio de Ariovisto, a mostrar-se mais moderado e preocupado com os povos amigos e aliados, no fundo sugerindo que o jugo imposto pelos Romanos é mais fácil de suportar. Quando os enviados dos Remos contam a César que, na memória da sua vida (*nostra etiam memoria*) um rei dos Suessiões, Diviciaco, tinha governado grande parte da Gália e a Britânia (*Gal. 2.4.7*), esta informação seguramente daria a César alento para alcançar os seus propósitos.

No âmbito da *patrum nostrorum memoria*, considerámos a recordação, em vários calendários romanos, da vitória gaulesa junto do rio Ália entre a primeira e a segunda década do séc. IV a.C. Talvez este sucesso merecesse mais ser considerado no subcapítulo dedicado à *hominum memoria*, desde logo porque ultrapassa o arco temporal de 80 ou 100 anos referido pelos Assmann. Em todo o caso, é importante porque permite compreender uma das últimas referências de César à memória. No assalto de Tito Labieno a *Metiosedum*, fortaleza dos Sénones situada numa ilha do Sena, as tropas inimigas, cheias de moral e crentes de que delas dependia a salvação da Gália, com tal denodo combatiam que um soldado, trespassado enquanto defendia uma torre por ação de uma pequena catapulta (escorpião), acabou por morrer, foi substituído na função por outro, que teve o mesmo fim e a quem, por sua vez, sucedeu outro que, com igual destino, acabou rendido por um quarto (*Gal. 7.25.2-4*). O passo é bem ilustrativo de uma certa admiração de César pela determinação, coragem individual e espírito de sacrifício de alguns gauleses (em outros passos aparecem descritos como excessivamente crédulos, desorganizados e sem perseverança e resiliência), mas, ao mesmo tempo, serve para realçar a superior determinação e organização da máquina de guerra romana e, ao cabo, para engrandecer os feitos dos Romanos sob o comando direto de Tito Labieno e o supremo do próprio César.

BIBLIOGRAFIA

ABREVIATURAS

OCD The Oxford Classical Dictionary (2003), 3rd ed., edited by Simon Hornblower & Antony Spawforth. Oxford: University Press.

No caso das revistas, recorro, sempre que contempladas em *L'année philologique*, às abreviaturas aí presentes.

ESTUDOS E EDIÇÕES

Alexandre Júnior (2004). *Hermenêutica retórica*. Lisboa: Alcalá – Livraria Espanhola.

Assmann, Aleida (2011). *Cultural memory and Western civilization. Functions, media, archives*. Trad. do alemão. Cambridge: University Press.

Assmann, Jan (2008). Communicative and cultural memory. In Astrid Erll; Ansgar Nünning (Eds.), *Cultural memory studies. An international and interdisciplinary handbook* (109-118). Berlin – New York: Walter de Gruyter.

Bell, Brenda M. (1995). The contribution of Julius Caesar to the vocabulary of Ethnography. *Latomus*, 54, 4, 753-767.

Carena, Carlo (1991). *Cesare. Le guerre in Gallia. De bello Gallico*. Milano: Oscar Mondadori.

Citroni, Mario; Consolino, Franca Ela; Labate, Mario; Narducci, Emanuele (2006). *Literatura de Roma antiga*. Trad. do italiano de Margarida Miranda e Isaías Hipólito. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Cleary, Vincent J (1985). Caesar's *Commentarii*: Writings in search of a genre. *CJ*, 80, 4, 345-50.

Ferreira, José Ribeiro (1997). *Platão. Fedro*. Lisboa: Edições 70.

Galinsky, Karl (2018). Introduction. In K. Galinsky (Ed.), *Memory in ancient Rome and early Christianity* (1-39). Oxford: University Press.

Gowing, Alan M. (2005). *Empire and memory. The representation of the Roman Republica in imperial culture*. Cambridge: University Press.

Grillo, Luca (2018). Speeches in the *Commentarii*. In Luca Grillo & Christopher B. Krebs (Eds.), *The Cambridge companion to the writings of Julius Caesar* (131-143). Cambridge: University Press.

James, Bryan (2000). Speech, authority, and experience in Caesar, *Bellum Gallicum* 1.39-41. *Hermes*, 128, 1, 54-64.

- Halbwachs, Maurice (1925). *Les cadres sociaux de la mémoire*. Pais: Félix Alcan (edição digital criada a partir desta referência bibliográfica e disponível, em 26.4.2023, em http://classiques.uqac.ca/classiques/Halbwachs_maurice/cadres_soc_memoire/cadres_soc_memoire.html).
- (1990). *A memória coletiva*. Trad. do francês de Laurent Léon Schaffter. São Paulo: Edições Vértice.
- Haywood, John (2018). *Os Celtas. Da Idade do Bronze aos nossos dias*. Trad. do inglês de Susana Costa Freitas. Lisboa: Edições 70.
- Hering, Wolfgang (1987). *C. Iulii Caesaris commentarii rerum gestarum*. Vol. I – *Bellum Gallicum* (repr. 1992). Stutgardiae et Lipsiae: in aedibus B. G. Teubneri.
- Hölscher, Tonio (2003). Images of war in Greece and Rome: between military practice, public memory, and cultural symbolism. *JRS*, 93, 1-17.
- Kelsey, Francis W. (1905). The title of Caesar's work on the Gallic and civil wars. *TAPhA*, 36, 211-238.
- Kelsey, Francis W.; Stem, Rex (2017). *Julius Caesar. Commentaries on the Gallic War, Books 1-5 and 6.11-24*. Ann Arbor: Michigan Classical Press.
- Lausberg, Heinrich (1993). *Elementos de retórica literária*. Trad. do alemão de Raul Miguel Rosado Fernandes. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Leão, Delfim Ferreira (2011). Autoctonia, filiação legítima e cidadania no Íon de Eurípidés. *Humanitas*, 63, 105-22.
- Martin, René; Gaillard, Jacques (1990). *Les genres littéraires à Rome* (reimpr. 2013). Paris: Nathan.
- Monteiro, João Gouveia; Braga, José Eduardo (2009). *Vegécio. Compêndio da Arte Militar*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Murray, Penelope (1996). *Plato on Poetry*. Ion; Republic 376e-398b9; Republic 595-608b10. Cambridge: University Press.
- Nousek, Debra L. (2018). Genres and generic contaminations: The *Commentarii*. In Luca Grillo & Christopher B. Krebs (Eds.), *The Cambridge companion to the writings of Julius Caesar* (97-109). Cambridge: University Press.
- O'Donnell, James (2019). *Julius Caesar. The war for Gaul*. Princeton and Oxford: Princeton University Press.
- Östenberg, Ida (2014). War and remembrance: Memories of defeat in Ancient Rome. In Brita Alroth & Charlotte Scheffer (Eds.), *Attitudes towards the past in Antiquity: Creating identities. Proceedings of a Conference held at Stockholm University 15-17 May 2009* (255-265). Stockholm: Institutionen för arkeologi och antikens kultur.

- Pailler, Jean-Marie (2008). Les druides de César: digression ethnographique et neutralisation historique. *Etudes Celtiques*, 36, 35-58.
- Raaffaub, Kurt A. (2021). Caesar and genocide: confronting the dark side of Caesar's Gallic Wars. *NEJ*, 48, 1, 54-80.
- Rat, Maurice (1964). *César. La guerre des Gaules*. Paris: GF Flammarion.
- Rocha Pereira (2009, 4ª ed.). *Estudos de História da Cultura Clássica. II Volume – Cultura Romana*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Thompson, Maggie (2006). Primitive ideal? Gender and ethnocentrism in Roman accounts of Germany. *Studies in Mediterranean Antiquity and Classics*, 1, 1, 1-18.
- Webster, Jane (1999). At the end of the world: Druidic and other revitalization movements in post-conquest Gaul and Britain. *Britannia*, 30, 1-20.

